



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

18 de setembro de 2017

**Notícias do Dia
Capa e Cidade**

“Suspeita de conivência da Capes”

Suspeita de conivência da Capes / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Bolsas de Estudo / Ensino a distância / EaD / Operação Ouvidos Mucos / Polícia Federal / PF / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Érika Mialik Marena / Delegada / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Rodolfo Hickel do Prado / Corregedor- Geral da UFSC / Presidente / Abílio Baeta Neves / UAB / Universidade Aberta do Brasil / Inquérito Policial / Marcio Santos / Marcos Baptista Lopez Dalmau / Rogério da Silva Nunes / Gilberto de Oliveira Moritz / Eduardo Lobo / Roberto Moritz da Nova / Renê Balduino Sander / Erves Ducati / Sonia Maria Silva Correa de Sousa Cruz / Murilo da Costa Silva / Aurélio Justino Cordeiro / Testemunha / Martin de La Martiniere Petroll

Conivência da Capes é investigada pela PF

Suspeita é que órgão tenha participação na fraude das bolsas de estudo. **PÁGINA 4**

Suspeita de conivência da Capes

Coordenação em Brasília teria participação na suposta fraude em bolsas de EaD da UFSC

FÁBIO BISPO

fabiobispo@noticiasdodia.com.br

As investigações da Polícia Federal na Operação Ouvidos Moucos poderão chegar a Brasília se confirmadas as suspeitas de que a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) teria sido conivente com as suspeitas de fraudes no fornecimento de bolsas nos programas EaD (Ensino a Distância) na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Segundo o inquérito conduzido pela delegada Erika Mialik Marena, a Fundação, que é vinculada ao Ministério da Educação, "não facilitou o fornecimento de dados necessários ao aprofundamento da investigação, com indícios de que seu presidente e o atual Reitor da UFSC tentaram uma política de contenção de danos, ao menos é o que se depreende dos indícios ora existentes", conforme relata na representação que pediu a prisão de sete pessoas, incluindo o reitor Luiz Carlos Cancellier.

Em denúncia apresentada pelo corregedor-geral da UFSC, Rodolfo Híckel do Prado, ele conta que em 4 de maio deste ano foi a Brasília para relatar pessoalmente ao presidente da Capes, Abílio Baeta Neves, sobre as suspeitas de fraudes no fornecimento de bolsas no programa UAB (Universidade Aberta do Brasil), e que estranhou que, no retorno, a reitoria pediu cópias do procedimento.

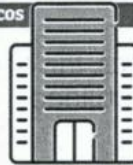
Em depoimento à PF, Prado ainda diz que a própria Capes também alertou os investigados via e-mail sobre visita técnica em caráter extraordinário realizada entre os dias 12 e 14 de junho. "Da Capes deflagrar uma investigação paralela e, até em conjunto com esta Corregedoria entende-se como uma via normal, mas informar supostos investigados e tentar buscar informações de forma pouco usual para o assunto, nos causa, no mínimo, estranheza", relatou o procurador em ofício encaminhado ao presidente da Capes no mesmo dia 12 de junho.

O inquérito policial ainda destaca que um dia após Cancellier ter acesso ao processo da Corregedoria ele viajou a Brasília onde o presidente Abílio Neves anuncia nova liberação de R\$ 1,7 milhão para o programa EaD investigado. "Momento em que o presidente da Capes, Abílio Baeta Neves, também já sabia da investigação e da dimensão dos desvios, pois recebeu em reunião o próprio Corregedor-Geral da UFSC no dia 04.05.2017", frisou a delegada. ●

Operação Ouvidos Moucos

Veja como foram as investigações iniciais da Polícia Federal dentro da UFSC

Capes



Desde 2006, a Capes repassou para o programa da UFSC de Ensino a Distância em administração pela UAB (Universidade Aberta do Brasil)



UFSC

Bolsas

- As bolsas serviam para pagamento de tutores e professores.
- Segundo a investigação, a fraude ocorria quando pessoas eram selecionadas para receber as bolsas, mesmo sem as qualificações exigidas.
- A Capes sempre oferecia 24 bolsas para a UAB, mas parte delas não era divulgada, e distribuída entre pessoas sem a qualificação necessária.



- Algumas dessas pessoas devolviam metade do salário para servidores.
- Entre os beneficiados também estariam parentes de servidores.

Custeio

- A PF apurou superfaturamento de contratos de serviços como viagens, hospedagens, alugueis de veículos entre outros.
- Só em um dos contratos de locação de veículos foram empregados valores que dariam para comprar três carros com motorização 1.6 (R\$ 124 mil).



- Também foi constatado pagamento de hospedagem e passagens para parentes de professores em viagens aos polos. Em alguns casos até mesmo filhos viajaram à Capital e se hospedaram em hotéis pagos com verbas federais.
- Também teria havido direcionamento para as empresas de turismo e de hospedagem.

Sete prisões - revogadas na sexta-feira

- Luiz Carlos Cancellier de Oliveira
- Marcio Santos
- Marcos Baptista Lopez Dalmau
- Rogério da Silva Nunes
- Gilberto de Oliveira Moritz
- Eduardo Lobo
- Roberto Moritz da Nova

Cinco conduções coercitivas

- Renê Balduino Sander
- Erves Ducati
- Sonia Maria Silva Correa de Sousa Cruz
- Murilo da Costa Silva
- Aurélio Justino Cordeiro

Trecho de documentos no inquérito

CORREGEDORIA-GERAL

- Assim, nos surpreendeu os e-mails do Senhor Luiz Lira, que desde o início procurou o Gabinete da Reitoria ao invés da Corregedoria-UAB/UFSC.
- Nessa mesma direção ainda, não entendemos o porquê o Sr. Prof. Márcio Santos da UAB/UFSC e Álvaro Lezana do que trata-se de assunto sigiloso, inclusive tendo como alvo a UAB/UFSC.
- Da CAPES deflagrar uma investigação paralela e, até em conjunto com esta Corregedoria entende-se como uma via normal, mas informar supostos investigados e tentar buscar informações de forma pouco usual para o assunto, nos causa, no mínimo, estranheza.
- Como Vossa Senhoria pode também observar nas cópias anexadas, o Senhor Lira, tentou marcar na última sexta-feira, às 17 horas, reunião com o autor deste para esta data, segunda-feira, às 11 horas, sem maiores explicações nem agendamento prévio e, muito menos, assunto para pauta da mesma, o que também nos parece pouco usual, não podendo ser atendido em razão de compromissos previamente agendados com outros órgãos.
- É possível, rastrear o teor do Ofício nº 010/2017/COBIO, de 04/05/2016, cópia anexa, e retrato que as informações sejam prestadas num prazo de 5 (cinco) dias, já

Corregedor envia ofício ao presidente da Capes questionando comunicação de visita técnica aos investigados

Gravações indicam devolução de dinheiro

Gravações e trocas de e-mails anexadas ao inquérito mostram como os indicados requeriam a devolução de parte das bolsas pagas a professores da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Uma das testemunhas da investigação, o professor Martin de La Martiniere Petroll, entregou à Polícia Federal duas gravações em vídeo

onde conversa com Roberto Moritz da Nova, funcionário celetista da Fapeu, e Rogério da Silva Nunes, que coordenou o núcleo da UAB até fevereiro deste ano. Ambos estão indicados pela PF.

A testemunha também anexou cópias de e-mails onde insiste que a prática de devolver valores das bolsas recebidas não seria um ato legal.



Leia a transcrição das conversas gravadas em áudio no **NDOnline**

Notícias do Dia Região

“Transporte coletivo em debate”

Transporte coletivo em debate / Rede Metropolitana de Transporte Coletivo / Suderf / Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis / Parceria / Observatório da Mobilidade Urbana / UFSC / Plamus / Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis

Transporte coletivo em debate

Proposta da nova rede metropolitana será apresentada hoje para a população de Palhoça

BRUNELA MARIA
redacao@noticiasdodia.com.br

Moradores de Palhoça que utilizam o transporte público da Grande Florianópolis vão conhecer hoje, às 19h, detalhes da nova Rede Metropolitana de Transporte Coletivo. O projeto, elaborado pela Suderf (Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis) em parceria com o Observatório da Mobilidade

Urbana da UFSC, quer integrar os municípios da região e facilitar a mobilidade urbana. A audiência será no auditório da prefeitura. São esperados líderes comunitários, vereadores e população em geral.

Com o sistema integrado, segundo o diretor técnico da Suderf, Célio Sztoltz, linhas partirão de Palhoça até Biguaçu, permitindo que os passageiros que não se dirigem à Capital não precisem mais acessar a Ilha para prosseguir

viagem. Da mesma forma, os usuários das localidades mais distantes devem contar com melhorias nos itinerários. A proposta de reestruturação do transporte coletivo já foi apresentada nos municípios de São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Águas Mornas e São José. As contribuições dessas audiências são analisadas pelas equipes técnicas da Suderf e do Observatório da Mobilidade Urbana da UFSC

com o objetivo de melhorar o projeto original.

Em Palhoça, a população reclama constantemente dos horários e das más condições dos veículos. O diretor da Suderf, Cássio Taniguchi, defendeu que o Plamus (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis), que serve de base para o novo sistema, está dirigido à população, com foco na integração dos sistemas municipais e na mobilidade urbana. “Não é

aceitável levar 2 horas para ir ao trabalho e mais 2 horas para voltar para casa: 4 horas de deslocamento diário é muito tempo! Mas é possível melhorar, colocando o Plamus em prática”, explicou.

Depois da fase de discussão e debates, a Suderf deve licitar as primeiras obras. Entre elas a implantação de um sistema de BRTs (ônibus rápidos) que farão os trajetos mais longos entre as cidades da Grande Florianópolis. ●

Notícias do Dia Opinião

“O valor da UFSC”

O valor da UFSC / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Desvio de recursos / Ensino a distância / Ouvidos Mucos / Delegada / Érika Marena / Investigação

O VALOR DA UFSC

A instituição é maior do que aqueles que a conduzem. No caso do desvio de recursos de bolsas de estudo, especificamente do ensino a distância, é evidente que um pequeno grupo, pensando estar fora do alcance dos órgãos de controle agiu em benefício próprio, de forma criminosa. É um desvio que não tem o poder de manchar a universidade e os programas que ali são desenvolvidos. A liberação de todas as pessoas detidas, um dia depois da prisão, só reforça o caráter extraordinário desta operação, que fez ouvidos mucos ao valor da UFSC.

É importante que a sociedade saiba o que acontece, sim. Que seja informada dos desmandos e da punição aplicada aos responsáveis. Isso deveria ser feito por meio de comunicados esclarecedores, não com meias verdades, com declarações vagas que atiram sobre as pessoas envolvidas a condenação antes do julgamento. Houve firmes re-

Houve firmes reações em defesa do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo e da preservação do nome da UFSC

ações em defesa do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo e da preservação do nome da UFSC, uma universidade com nível de excelência em ensino e pesquisa, no Brasil e no mundo.

À medida em que os fatos se tornam mais claros, percebe-se que um grupo se apropriou de recursos indevidamente. Estas pessoas precisam ser responsabilizadas, expulsas da Univer-

sidade conforme o caso e punidas de acordo com a lei. O aqodamento com que a operação foi realizada também espalhou notícias falsas. A delegada Erika Marena, que conduziu a investigação diz algo preocupante: “Numa segunda etapa investigremos os beneficiários das bolsas, para justamente separar o joio do trigo”. Não há uma investigação concluída, mas as pessoas foram expostas publicamente, mesmo aquelas que não têm seus nomes publicados, mas estão entre os bolsistas. Um caminho perigoso, que coloca em dúvida a eficácia da operação.

Diário Catarinense
Capa e Notícias

“Inquérito revela detalhes de suspeitas na UFSC”

Inquérito revela detalhes de suspeitas na UFSC / Operação Ouvidos Mucos / Polícia Federal / PF / Inquérito / Ensino a distância / EaD / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Corregedoria-Geral da UFSC / Corregedor-Geral da UFSC / Rodolfo Hickel do Prado / Avocar os processos / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Capes / Delegada / Érika Marena / Superintendência da Controladoria Regional da União / Secretaria de Educação a Distância / Sead / UAB / Taísa Dias / Roberto Moritz da Nova / Fapeu / Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária / Obstrução da Investigação / LAB Gestão / Gilberto de Oliveira Moritz / Rogerio da Silva Nunes / Marcio Santos / S.A. Tour Viagens e Turismo Ltda / Controladoria-Geral da União / CGU / Tribunal de Contas da União / TCU / Justiça Federal / Martin de La Martiniere Petroll / Universidade Aberta do Brasil / Superfaturamento



INQUÉRITO REVELA DETALHES DE SUSPEITAS NA UFSC

CORREGOR DA UNIVERSIDADE afirma que sofreu ameaças de exoneração e que a reitoria tentou assumir o controle da investigação interna durante análise de irregularidades

HYURY POTTER, ROELTON MACIEL E SCHIRLEI ALVES

O inquérito que investiga desvios de recursos públicos no programa de ensino a distância (EaD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao qual o Diário Catarinense teve acesso na íntegra, revela que o afastamento de Luiz Carlos Cancellier do cargo de reitor já era uma medida reivindicada pela própria corregedoria da universidade quase dois meses antes da realização da operação da Polícia Federal (PF). A alegação era de que o reitor agia para tentar obstruir o trabalho da corregedoria, suspeita que foi considerada pela Justiça quando autorizou a prisão temporária dele na quinta-feira — todos os sete detidos foram liberados no dia seguinte.

Conforme a investigação, em ofício enviado à Polícia Federal em 19 de julho, o corregedor-geral da UFSC Rodolfo Hickel do Prado sugere tentativas de Cancellier em impedir o prosseguimento da investigação interna, que analisa os mesmos crimes apurados pela PF. O corregedor disse aos policiais que recebeu diversos tipos de pressão, como ser rebaixado a uma função comissionada menor, por “não aceitar ser subserviente ao gabinete do reitor”.

Hickel do Prado ainda diz ter sofrido ameaças de exoneração e contesta a decisão do reitor de “avocar” o processo em trâmite na corregedoria, o que o obrigou a repassar cópias da investigação ao gabinete da reitoria. O corregedor alertou a Polícia Federal que, além de o processo ser sigiloso e de não ser atribuição da reitoria aquele tipo de apuração, o próprio reitor era alvo das investigações, “uma vez que citado o seu nome como suposto beneficiário no pagamento de bolsas e outras irregularidades”.

O corregedor alega que Cancellier sabia da suspeita de desvio de recursos, mas só teria demonstrado interesse na apuração após descobrir que tinha seu nome citado. A manifestação da corregedoria

também questiona a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em Brasília, por não ter respondido a pedidos de informação na investigação interna. “Parece que existe um conluio entre o gabinete do reitor com a diretoria da Capes no sentido de tentar frustrar as investigações, uma vez que informações de caráter sigiloso tratadas com o presidente foram passadas ao gabinete do reitor e ao setor investigado”, descreve no ofício.

Ao final, o ofício do corregedor-geral pede o afastamento do reitor pelo prazo de seis meses a um ano, assim como da diretora da Capes para evitar interferências na investigação. As manifestações do corregedor tiveram peso na investigação da PF, pois foram levadas ao conhecimento da Justiça, ainda em julho, como sinal da “urgência” de se aplicar as medidas solicitadas.

Uma das justificativas de Cancellier para ter acesso ao procedimento da corregedoria, conforme publicado em memorando, era de que a chefia de gabinete teria competência concorrente com a do corregedor-geral na instauração de sindicâncias e que poderia substituí-lo, já que a corregedoria estaria com desfalque de servidores.

Numa manifestação enviada à Justiça, no entanto, a delegada da PF Erika Marena, responsável pela investigação, destaca que a Controladoria Geral da União expressou “estranheza” no fato de a Reitoria da UFSC avocar um procedimento específico da corregedoria. A Superintendência da Controladoria Regional da União havia apontado que a medida deveria ser feita “em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados”, mas que “tais motivos não foram explicitados pelo reitor”. Para a delegada, a situação demonstrou a “preocupação dos investigados com o andamento do caso”. O ofício da corregedoria da UFSC, a manifestação da Superintendência da Controladoria Regional da União e o depoimento do corregedor-geral foram levados à Justiça para amparar o pedido de prisão.

O QUE MOSTRAM OS DOCUMENTOS

Assim, causa estranheza o fato da reitoria avocar um procedimento correicional específico alegando ausência de condições para a realização do feito pela própria Corregedoria-Geral da UFSC, ao invés de dotá-la de condições para tal. De fato, não parece razoável que a reitoria assumia a execução de atividades para as quais a universidade possui estruturas específicas sob

Superintendência da Controladoria Regional da União apontou estranheza pelo fato de o reitor ter determinado acesso ao processo da corregedoria da UFSC

1. Como é de seu conhecimento, este Corregedor tem recebido os mais diversos tipos de pressão por não aceitar ser subserviente ao Gabinete do Reitor, como redução da gratificação do cargo de CD3 para CD4, através das portarias de exoneração e nomeação números 1639 e 1640 de julho de 2016, apenas pouco mais de dois meses deste grupo voltar ao poder nesta UFSC, cópias anexas.

Corregedor afirma que sofreu pressão por não aceitar a interferência do reitor no andamento da investigação interna

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC CORREGEDORIA-GERAL

num verdadeiro ato de desespero, este Corregedor recebe o Memorando 128/2017/GR que encaminha o Despacho nº 77/2017/GR do Reitor, cópia anexa, pasmem. **AVOCANDO OS AUTOS DO PROCESSO SIGILOSO, EM QUE O PRÓPRIO REITOR TAMBÉM É ALVO DE INVESTIGAÇÃO!!!!**

Em ofício encaminhado à PF, corregedoria também mostra que reitor pediu avocação da investigação em julho de 2017

CONTRAPONTO

LUIZ CARLOS CANCELLIER DE OLIVO
Cargo: reitor da UFSC desde março de 2016.

Suspeitas da PF: criou a Secretaria de Educação a Distância (Sead) para ficar acima do Núcleo UAB, nomeou os envolvidos, pressionou Taisa Dias, procurou obstruir as investigações, interferindo diretamente na atividade do corregedor.

Contraponto: A advogada de Luiz Carlos Cancellier, Nivea Cademartori, disse que teve acesso ao inquérito na tarde de sexta-feira, está analisando as acusações e deve se manifestar nos próximos dias.

Em entrevista na quinta-feira, a advogada disse que há uma investigação, “mas não são acusações formais”. Ela destacou ainda que Cancellier está disponível à Justiça para qualquer esclarecimento e que não tem participação em nenhum ilícito penal.

– O reitor, antes de ser reitor, atuou como professor em alguns casos de bolsa, mas sempre da forma normal como ocorre. Os professores trabalham e, com isso, têm o recebimento, mas nada de forma irregular.

ROBERTO MORITZ DA NOVA

Cargo: funcionário celetista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu), auxilia no pagamento de bolsas dentro do UAB Gestão

Suspeitas da PF: cobrou devolução parcial de bolsas, incluiu nomes na lista de Taisa Dias, sobrinho de Gilberto de Oliveira Moritz.

Contraponto: a reportagem não conseguiu contato com a defesa.

MARCIO SANTOS

Cargo: atual coordenador UAB, coordenador EaD Física de junho de

2012 a janeiro de 2015

Suspeitas da PF: recebeu recursos na conta pessoal, direcionou contratações para a S.A. Tour, fez uso ou destinação irregular de bolsas EaD.

Defesa: O advogado de Roberto Moritz, Gabriel Alvarez, disse que teve acesso ao inquérito na sexta-feira, que prestará todos os esclarecimentos nos autos e que ficará provada a inocência do cliente dele.

ROGÉRIO DA SILVA NUNES

Cargo: coordenador do Núcleo UAB de junho de 2016 a fevereiro de 2017

Suspeitas da PF: antes foi coordenador do EaD Administração, direcionou bolsas Capes a que não tinha direito, cobrava devolução de 50% das bolsas pagas a professores

• Contraponto: a reportagem não conseguiu contato com a defesa.

Professores eram orientados a devolver bolsas

HYURY POTTER
hyury.potter@somosnsc.com.br

Uma das frentes da investigação da Polícia Federal (PF), Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU) apura o repasse de bolsas do programa educação a distância (EaD) para professores que ocupavam cargos de direção na UFSC. Transcrições de conversas gravadas em vídeo por um dos professores bolsistas, que estão anexadas ao inquérito da PF, revelam como os coordenadores teriam pressionado os docentes para devolver metade dos valores recebidos de projetos da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a outros professores.

ENCONTROS FORAM GRAVADOS EM VÍDEOS

As transcrições foram incluídas no despacho que a PF encaminhava para a Justiça Federal para justificar os pedidos de prisões temporárias e conduções coercitivas realizadas pela Operação Ouvidos Moucos na quinta-feira passada.

Uma testemunha citada no inquérito, o professor Martin Pe-

troll, do curso de Administração a distância, afirma que foi orientado a depositar metade da bolsa que recebeu após ministrar um seminário em Lages, em 2015, na conta bancária do professor Rogério da Silva Nunes, então coordenador do Núcleo Universidade Aberto do Brasil (UAB). Na gravação, o professor Roberto Moritz da Nova, responsável financeiro pelo Lab Gestão, aparece dando essa orientação.

Em conversa realizada no dia 15 de outubro de 2015, o professor Martin questionou o pagamento e chegou a pedir um documento para explicar o repasse ao Ministério da Educação, mas Roberto afirma que "não tem como justificar" e também menciona que a prática seria um "acordo de cavalheiros entre os professores". O encontro foi gravado e Martin entregou o arquivo de vídeo para a PF.

Em 11 de novembro daquele ano, Martin gravou outra conversa, desta vez com o coordenador Rogério da Silva Nunes, que então explicou ao professor que não teria como entregar um comprovante do depósito ao professor e que essa prática era comum em outros departamentos e projetos da UFSC.

DIÁLOGOS GRAVADOS

PROF MARTIN - não, não, é que como eu deixei bem claro, assim, não me importo em devolver, acho até que...né...só que eu desejaria um documento só dizendo "olha, foi pra tal pessoa por causa disso, falta de recurso, sei lá o que"...entendeu?

PROF ROGERIO - tá resolvido...

PROF MARTIN - porque eu não sei como é que fica depois a questão de quem concede a bolsa, porque é recurso público né... então como é que funciona...

PROF ROGERIO - por isso que eu to te dizendo, primeiro, isso não é feito só no nosso curso, isso não é feito só no nosso Departamento...

PROF MARTIN - não, tudo bem, minha pergunta é: é correto?

PROF ROGERIO - não é feito só no nosso curso, não é feito só no nosso Departamento...ninguém dá essa declaração aqui, até onde eu sei...

PROF MARTIN - então pro MEC eu vou depois justificar que eu recebi meia e repassei pra outra pessoa, entendeu? Então essa é a minha preocupação...

ROBERTO DA NOVA - mas isso aí é o que a gente mais...seria um acordo de cavalheiros entre os professores...

PROF MARTIN - mas como você justifica para o MEC isso?

ROBERTO DA NOVA - mas não tem como justificar, a bolsa veio para o senhor...entende? não tem como justificar para o MEC...

PROF MARTIN - mas para o MEC eu ganhei uma bolsa...

ROBERTO DA NOVA - sim, para o MEC o senhor ganhou uma bolsa...exato...

PROF MARTIN - pois é...mas depois eles vão...vai que acontece alguma coisa aí...pô, e aí? passou pra outro professor? fica estranho... essa é a minha preocupação...

ROBERTO DA NOVA - não, eu entendi né...mas assim, só para o senhor... não tem, não tem né, ninguém tá fazendo nada aqui de, né, de ilegal entre aspas, ilegal que eu digo no sentido de preterir o curso né?]

Diálogo gravado por professor do curso de EaD com superiores registrou pedido de depósito de metade das bolsas para outros beneficiários

Viagens teriam custado 88% a mais que valor de mercado

GABRIELA MACHADO
gabriela.machado@somosnsc.com.br

Uma das supostas irregularidades encontradas por auditoria da CGU na área de ensino a distância (EaD) da UFSC diz respeito à contratação de empresas de turismo para serviços de viagem. De acordo com o inquérito, há indícios de fraudes na locação de veículos para transportar professores e bolsistas do curso de Física até os polos da universidade em outras cidades. Conforme a investigação, a UFSC teria pago R\$ 124,6 mil por 99 translados entre 2010 e 2014 - um preço 88% superior do que o valor de mercado e o suficiente para comprar três carros novos, conforme a CGU, que também investigou as irregularidades.

Para a Polícia Federal, o coordenador do curso, Marcio dos Santos, ignorava licitações e contratava os serviços da S.A. Tour Viagens e Turismo Ltda. Uma das notas fiscais anexadas ao inquérito comprova o pagamento de R\$ 9 mil à empresa sem detalhar o trajeto, carros, placas, custos com combustível e motorista. "Resta nítido o su-

perfaturamento", escreveu a delegada Érika Marena. A PF também acredita que Santos simulava concorrência com outras três supostas empresas fantasmas para favorecer a S.A. Tour. Os orçamentos da Ilha dos Açores Turismo, da Arroba Turismo e da AJC Agência de Viagens e Turismo eram redigidos com a mesma letra ou tinham formatação e erros de digitação idênticos. Os valores, no entanto, eram superiores, uma estratégia para justificar a escolha da S.A.Tour.

A empresa ganhou 91% das licitações. Há casos em que o coordenador do curso locou mais de um carro para o mesmo dia e destino e em que houve pagamento para a locadora mais reembolso para os professores pelo deslocamento por conta própria.

A reportagem do DC procurou as empresas nos endereços citados na documentação e não encontrou agências de turismo funcionando nos locais. Em um dos endereços funciona uma clínica médica. Em outros, há residências. Marcio dos Santos foi um dos sete presos na quinta-feira passada liberados pela Justiça na sexta-feira à noite.



Endereço listado como de uma das agências que participava de licitação fica em rua de imóveis residenciais na Capital

Foco nos direitos das mulheres / UFSC / Feminismo / Universidade Federal de Santa Catarina / Grazielly Baggenstoss / Gênero / Curso de Direito / Grupo de Pesquisa e Extensão Direito das Mulheres / Unisul / Furb / Univali

Foco nos direitos das mulheres

CRESCER NÚMERO DE escritórios e disciplinas em universidades de SC voltados à proteção do sexo feminino

GABRIELE DUARTE
gabrielle.duarte@somosnsc.com.br

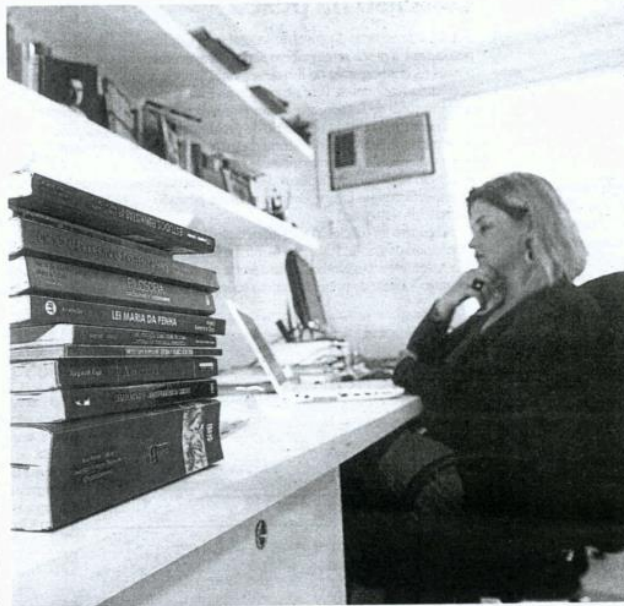
Mais de 60 mil processos relacionados à violência doméstica tramitaram no Tribunal de Justiça de Santa Catarina desde 2012 até o primeiro semestre deste ano. São quase 30 novas ações a cada dia. Os dados mostram a alta demanda por este tipo de atendimento jurídico focado na mulher. Atentas a isso, advogadas vêm se voltando a esta área de atuação, que é respaldada por disciplinas optativas, grupos de estudo e produção científica nas universidades do Estado.

A professora de Joinville S. D. (o nome da vítima foi preservado para protegê-la), 35 anos, foi uma das que entrou na Justiça na tentativa de interromper o ciclo de violência sofrido. Desconfiada do julgamento que poderia receber ainda na delegacia, solicitou a presença de um advogado na primeira vez que denunciou o ex-companheiro por ameaça e agressão há pouco mais de sete meses. À época, a mulher havia conquistado, inclusive, uma medida protetiva, que impedia a aproximação do agressor. Temendo que o filho deixasse de ver o pai, voltou atrás e invalidou a determinação judicial.

Ela de arrependeu, já que as violências psicológica e física continuaram. Foi quando entrou em contato com uma amiga de infância, Júlia Melim Borges Eleutério, para que todo o processo fosse feito. A advogada havia acabado de reformular a própria atuação profissional para assumir este tipo de demanda em específico. A partir de uma equipe formada exclusivamente por mulheres, Júlia trabalha desde junho em Joinville, no Norte do Estado, com uma nova proposta de advocacia: a de gênero, que contempla tanto as mulheres, quanto a população de lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgênero e intersexos (LGBTI). O escritório pioneiro nesta atuação no país foi aberto há pouco mais de um ano, em São Paulo.

PROPOSTA É PRESTAR ATENDIMENTO HUMANIZADO

A ideia é prestar todo o tipo de orientação às mulheres e até mesmo encaminhamento para atenção psicológica. Transformar o pensamento vigente do magistrado, que segundo Júlia ainda é conservador, por meio



da teoria feminista é a proposta na outra ponta do atendimento.

– Esse tipo de advocacia surge para proporcionar um atendimento humanizado de mulher para mulher – argumenta.

A advogada explica que também atende homens.

– Muitas pessoas têm me perguntado se vou atender homens. Vou atendê-los, exceto os agressores, porque acredito que a desconstrução da cultura do machismo, que eleva os índices de violência contra a mulher, também deve passar por eles – complementa Júlia.

Outra advogada que atua nessa área em Santa Catarina é Ana Paula Nunes Chaves, também de Joinville. Apesar de ainda não ter se apresentado como pertencente a um escritório feminista, ela presta assistência jurídica às mulheres, especialmente as negras, e LGBTs desde outubro de 2016. Assim como Júlia, busca conhecimento na própria militância.

– Nós presenciamos uma dificuldade de ter este olhar no judiciário em relação à vítima. As demandas das mulheres são totalmente diferentes, então tem que haver um olhar mais sensível para se ter justiça. Para isso, nos fortalecemos em grupos e eventos, como o primeiro encontro da advocacia negra no Brasil, dentro da 23ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, que neste ano vai tratar da advocacia feminista – exemplifica.

Advogada Júlia Melim Eleutério, de Joinville, se especializou no atendimento a mulheres e ao público LGBTI

60 mil

é o número de processos relacionados à violência doméstica que tramitam no Tribunal de Justiça de Santa Catarina desde 2012 até o primeiro semestre deste ano

Estado recebe quase

30 novas ações por dia

Especialidade é inserida aos poucos nas universidades

Os currículos das graduações e pós-graduações em direito no Estado ainda não têm disciplinas obrigatórias ou linhas de pesquisa tão focadas para esta atuação. Nesse contexto, se destacam ações isoladas, como na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que oferece uma disciplina optativa e um grupo de pesquisa focados nas questões de gênero, conforme conta a coordenadora do grupo de estudos, Grazielly Baggenstoss.

– O curso de direito da UFSC iniciou em 2016 a discussão a partir do grupo de pesquisa e extensão Direito das Mulheres. Ainda naquele ano, foi proposta a criação da disciplina optativa Direito e Feminismos, inserida no currículo e ministrada neste ano com lotação de turma – diz a professora.

Geralmente abordado dentro dos direitos humanos, Grazielly defende a criação da tipologia do direito das mulheres no espaço da pós-graduação para que sejam aprofundados os estudos da temática e da representação no campo jurídico. Atualmente, não há uma especialização tão focada. Mesmo entendimento tem a professora de direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) Adriana Spengler, que explica as especificidades desta atuação, principalmente no aspecto criminal.

– Esse é um setor que demanda proteção jurídica além do usual. A Lei Maria da Penha serve para este plus de proteção, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso. Mas, ao mesmo tempo, a legislação é super ampla em relação aos crimes – destaca.

QUESTÕES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Na Univali, é crescente a apresentação de trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica sobre as questões de gênero nos últimos três anos, quando houve 61 defesas relacionadas à temática. De 2014 para 2015, por exemplo, esse número quase dobrou: de 12 para 23 artigos. Mesma realidade se repete na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

Apesar de ter produção científica menos significativa nesta linha, a Universidade Regional de Blumenau (Furb), que teve 26 produções focadas em gênero desde 2012, aborda a temática de forma diluída no currículo. Os direitos da mulher e da população LGBTI estão incluídos nas matérias relacionadas aos direitos humanos, segundo a coordenadora da graduação, Tatiani Heckert Braatz.

FIQUE POR DENTRO

São direitos da mulher:

- Direito à vida;
- Direito à liberdade e à segurança pessoal;
- Direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação;
- Direito à liberdade de pensamento;
- Direito à informação e à educação;
- Direito à privacidade;
- Direito à saúde e à proteção desta;
- Direito a construir relacionamento conjugal e a planejar a sua família;
- Direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los;
- Direito aos benefícios do progresso científico;
- Direito à liberdade de reunião e participação política;
- Direito a não ser submetida a torturas e maltrato.

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU)

PELO MUNDO

Instrumentos jurídicos que foram adotados pelos países a fim de promover os direitos das mulheres e a igualdade de gênero:

- Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Cíveis à Mulher (1948);
- Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953);
- Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979);
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994).

Fonte: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Diário Catarinense
Artigo
"Mea culpa"

Mea culpa / UFSC / Fábio Lopes da Silva / Professor / Polícia Federal / Reitor
/ Prisão / Operação Ouvidos Moucos

ARTIGO

MEA CULPA



FÁBIO LOPES
DA SILVA
professor na UFSC

Na última quinta-feira, a UFSC foi alvo de uma contundente ação da Polícia Federal. Ninguém menos que o reitor – um homem evidentemente bom e gentil, de quem eu gosto muito – teve a prisão decretada. No campus, não se fala em outra coisa. Especula-se sobre a responsabilidade dos envolvidos ou sobre a pertinência da Operação Ouvidos Moucos, como se ela fizesse parte de um ciclo de abusos e exageros perpetrados pelo Poder Judiciário.

Como todo mundo, também fui radicalmente afetado pelo episódio. Mas a questão a que tenho me dedicado é bem outra: como a UFSC, enquanto instituição, está implicada no que aconteceu? Velho hábito adquirido em 20 anos de divã: perguntar-me sempre sobre o meu próprio papel nos processos e eventos, antes de voltar o olhar para os outros.

Sou professor de Letras. Trabalho, portanto, com temas de grande apelo popular, como a literatura e a linguagem. O que observo, entretanto, é que

essa oportunidade criada pelo interesse das pessoas nos assuntos que estudamos não é aproveitada por nós. Na quase totalidade do tempo, falamos e escrevemos para públicos extremamente restritos, em um estilo pesado, repleto de abstrações e inacessível a não-iniciados. Não me entendam mal: essa produção para consumo interno não tem nada de estranha e é mesmo necessária. O fato a ser lamentado é que nunca dê lugar a formas mais leves, abrangentes e arejadas de debate.

Na melhor das hipóteses, mesmo quando o trabalho feito em tais condições é honesto e apaixonado, reveste-se de tal opacidade que não pode deixar de gerar desconfiança em quem olha a coisa de fora. Na pior das hipóteses, “destreina” os professores para a vida social: encerra-os em uma bolha, um mundo à parte, confortável e protegido a ponto de os seus habitantes começarem a acreditar que as leis da pólis não valem para eles.

É evidente que a universidade precisa continuar sendo um espaço de liberdade radical. A ciência, a filosofia e o ensino só assim prosperam. Mas, ao mesmo tempo, a UFSC tem de reconhecer que não é uma ilha. Quem não se abre ao diálogo com o que lhe cerca, cercado tende a acabar.

Diário Catarinense
Cacau Menezes
"Operação desmonte"

Operação desmonte / UFSC / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo /
Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária / Fapeu



A Notícia
Moacir Pereira
"Ninguém merece"

Ninguém merece / UFSC / Operação Ouvidos Mucos / Janaina Cassol Machado / Artigo / Ex-Senador / Nelson Wedekin / Juíza / Prisão / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Marjorie Freiberger



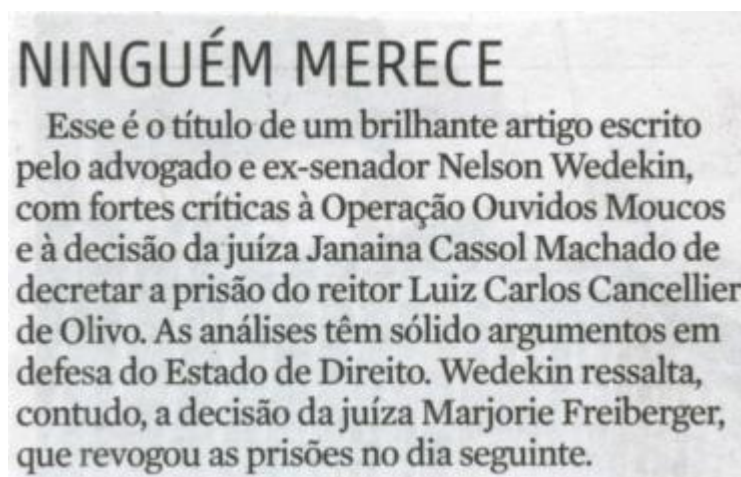
A Notícia
Moacir Pereira
"Luta de classes"

Luta de classes / UFSC / Centro de Ciências Jurídicas / Seminário Direito e Resistência / Patrocínio / PET / Programa de Educação Tutorial



Diário Catarinense
Moacir Pereira
"Ninguém merece"

Ninguém merece / UFSC / Operação Ouvidos Mucos / Janaina Cassol Machado / Artigo / Ex-Senador / Nelson Wedekin / Juíza / Prisão / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Marjorie Freiburger



Diário Catarinense
Moacir Pereira
"Luta de classes"

Luta de classes / UFSC / Centro de Ciências Jurídicas / Seminário Direito e Resistência / Patrocínio / PET / Programa de Educação Tutorial

LUTA DE CLASSES

O Centro de Ciências Jurídicas da UFSC promove a partir de hoje e até o dia 21 o Seminário Direito e Resistência, com o apoio da Associação dos Juizes do Trabalho da 4ª Região-Anamatra 12. O cartaz alusivo ao evento destaca como temas em debate: resistência política e do direito, atos de rua, greves no contexto das reformas trabalhista e previdenciária, luta de classes e revolução brasileira, resistência na universidade. O patrocínio é do PET Direito (Programa de Educação Tutorial da UFSC)

Enfoque Popular Everaldo Silveira "Muitos Flashes"

Muitos Flashes / UFSC / Luiz Carlos Cancelier de Olivo / Polícia Federal / PF / Operação Ouvidos Moucos / OAB-SC / Nota oficial / Universidade Federal de Santa Catarina

MUITOS FLASHES

A prisão temporária do atual reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancelier Olivo, abriu intenso debate em Santa Catarina por causa da forma pirotécnica com que a Polícia Federal (PF) tem feito as 'mega operações'.

As operações sempre tem um nome de batismo, como foi a da "Operação Ouvidos Moucos", para dar maior impacto. A imprensa sempre chega junto durante as prisões.

Se as mesmas prisões fossem feitas sem alarde, e depois informadas aos veículos de comunicação, teriam o mesmo impacto?

O nome da operação tem haver com a denúncia de que o reitor teria tentado "abafar" as investigações. O problema é que tem depoimentos que apontam para Cancelier, por tentar jogar para baixo do tapete as denúncias.

NOTA DA OAB-SC

Vejam a Nota Oficial da OAB-SC: "Em relação à denominada Operação Ouvidos Moucos, deflagrada ontem pela Polícia Federal, que culminou com a prisão temporária do Reitor, professores e servidores da Universidade Federal de Santa Catarina, a Seccional Catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil vem externar a sua preocupação com o uso cada vez mais freqüente e rotineiro de medidas restritivas de liberdade para fins de investigação criminal, antes de instaurado o devido processo legal e o contraditório. As medidas cautelares restritivas de liberdade devem sempre ser marcadas pela nota da excepcionalidade, sobretudo porque o nosso ordenamento processual penal prevê expressamente diversas outras espécies de cautelares que melhor se compatibilizam com os princípios constitucionais previstos na nossa Carta Republicana, resguardando os interesses do inquérito policial e, ao mesmo tempo, assegurando o direito de ir e vir de qualquer cidadão, bem como respeito à sua imagem e reputação. Com base nestas premissas, a OAB/SC espera que os supostos crimes noticiados sejam apurados de forma isenta, rigorosa e célere, a fim de que se esclareçam plenamente todos os fatos envolvendo a UFSC, uma das instituições de ensino mais respeitadas do nosso país, sem descuidar dos postulados magnos estatuídos na nossa Constituição Federal".

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

- ['As ameaças começaram após a posse do reitor', diz corregedor-geral que investiga desvio de verba de EaD na UFSC](#)
- [Capex cria comissão e se manifesta sobre apontamentos da PF na Operação Ouvidos Moucos](#)
- [Coluna Osni R. Mello 15 de Setembro de 2017](#)
- [Corregedor da UFSC já havia pedido afastamento do reitor](#)
- [Corregedoria da UFSC havia pedido afastamento de reitor antes de operação, aponta inquérito](#)
- [Corregedoria da UFSC pediu afastamento de reitor dois meses antes da operação da PF](#)
- [Corregedoria da UFSC pediu afastamento de reitor dois meses antes de operação da PF](#)
- [,Direção da UFSC fala pela primeira vez depois da Operação Ouvidos Moucos](#)
- [Em inquérito da PF, testemunha relata pagamento de 'cesta natalina' com verbas EaD da UFSC](#)
- [Escola de Balneário Gaivota é indicada para troféu em Santa Catarina](#)
- [Intestino, o segundo Cérebro](#)
- [Investigação na UFSC: viagens teriam custado 88% a mais do que o valor de mercado](#)
- [Juíza que autorizou prisão do reitor da UFSC diz que soltura traz risco de interferência no caso](#)
- [Mea culpa](#)
- [Mesmo sem repasse, UFSC mantém aulas em cursos de ensino a distância](#)
- [Mesmo sem repasse, UFSC mantém aulas em cursos de ensino a distância](#)
- [Presidência da Capes pode ter sido conivente com desvio de bolsas na UFSC](#)

**Reitora em exercício da UFSC fala em independência de poderes na
instituição**

Telejornal da UFSC cobre prisão do reitor

**"Tenho certeza de que tudo será devidamente esclarecido", afirma
vice-reitora ao assumir a UFSC**

**UFSC fica no sexto lugar em ranking nacional divulgado pela Folha
Vapt-Vupt**

**Vice-reitora assume gestão da UFSC: 'em breve, teremos nosso
reitor de volta**